



Observatório da Oposição

4 DE DEZEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 31

Lula planeja sacrificar aposentadorias dos brasileiros para financiar ditaduras amigas

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1**PREVIDÊNCIA****2****EDUCAÇÃO****3****ECONOMIA****4****COMUNICAÇÕES****5****AGRO E MEIO AMBIENTE****6****POLÍTICA INTERNACIONAL****7****TRABALHO****8****POLÍTICA**

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

1 PREVIDÊNCIA

Lula planeja sacrificar aposentadorias dos brasileiros para financiar ditaduras amigas

Proposta beneficia os já inadimplentes governos de Cuba, Venezuela e Moçambique, que poderiam pegar mais dinheiro do BNDES antes de amortizar atuais débitos; juntos, os três países devem mais de US\$ 1 bi ao Brasil

- O projeto de lei nº 5719/2023, enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, propõe a reabilitação de países inadimplentes, incluindo Cuba, Venezuela e Moçambique.

Ricardo Stukert



Gabriela Blío/Folhapress

- Trata-se de possível concessão de facilidades do governo Lula para regimes ditatoriais alinhados ideologicamente ao PT.
- Reforça a intenção do governo de ampliar o uso dos recursos do FAT para financiar projetos do BNDES, hoje utilizados para o financiamento da Previdência Social.
- Nesse caso, fatalmente ocorrerá a realocação dos fundos destinados ao pagamento das aposentadorias dos brasileiros para investimentos sem a expectativa de retorno em regimes ditatoriais alinhados ao PT.
- O projeto em questão traz consigo a expectativa de prejuízos adicionais ao fragilizado Tesouro Nacional.

Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador

- Dentre as propostas do [Projeto de Lei nº 5719/2023](#) encaminhado pelo Poder Executivo no dia 27/11/2023, destacamos a reabertura de crédito para países inadimplentes (§4 do art. 3º-A) e a menção na justificativa de defesa do uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em investimentos promovidos pelo banco de fomento.
- Em relação ao primeiro ponto destacamos a seguir o trecho do texto que estabelece precedente ao reabilitar os países inadimplentes que formalizarem a renegociação de sua dívida com o BNDES. Frise-se que a condição para reabilitação seria apenas a mera formalização, não exigindo nenhum pagamento efetivo por parte do devedor.

“Art. 3º-A As operações de crédito à exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas subsidiárias têm por finalidade financiar:

§ 4º É proibida, nos financiamentos à exportação de serviços, a concessão de novas operações de crédito entre o BNDES e as pessoas jurídicas de direito público externo inadimplentes com a República Federativa do Brasil, **exceto nas hipóteses em que houver a formalização da renegociação da dívida”.**

- Cabe mencionar que o dispositivo visa o atendimento de basicamente três países, a saber: [Venezuela, Cuba e Moçambique, que atualmente apresentam dívidas de US\\$ US\\$762 milhões, US\\$273 milhões e US\\$122 milhões, respectiva-](#)

mente. Ademais, dados do BNDES apontam ainda que existem mais US\$463 milhões a vencer em operações envolvendo esses países, o que sugere um prejuízo acumulado ainda maior.

- Nesse sentido, pode ser observada clara manobra do governo Lula de atender regimes ditatoriais de esquerda, alinhados com o Partido dos Trabalhadores. Sobretudo, causa estranheza dado o vasto rol de países que poderiam de imediato transacionar com o banco de fomento estatal.
- Um segundo aspecto a ser destacado no projeto é a menção ao uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que o governo Lula pretende realocar da aposentadoria dos trabalhadores brasileiros para os empréstimos a fundo perdido a países aliados do PT.
- Há algumas semanas o presidente do BNDES, Aloisio Mercadante, tem reiteradamente defendido o redirecionamento de recursos do FAT destinados ao pagamento da Previdência Social para os investimentos, por vezes questionáveis, do BNDES.
- Para citarmos alguns, retomemos os malfadados “campeões nacionais”, dos quais a OGX de Eike Batista é o caso mais emblemático, e os investimentos a fundo perdido em “países amigos”.



O Brasil está envelhecendo muito rápido. Até 2050, vamos praticamente dobrar o número de pessoas com mais de 60 anos. Então, vai ter demanda sobre a economia de cuidados, o sistema previdenciário e as despesas com saúde. Não se pode pegar um fundo que foi feito para gerar emprego, investimento”.

Aloisio Mercadante, presidente do BNDES.

- Ainda segundo o Mercadante, a medida proposta tem o apoio das centrais sindicais com assento no [Conselho do FAT \(CODEFAT\)](#), o que causa estranheza dado que a ação sugerida prejudicará trabalhadores brasileiros aposentados e pensionistas.
- Constam neste grupo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).



O banco é para gerar investimento, crescimento e emprego. Por isso foi criado o FAT. Por isso as **centrais sindicais que estão no conselho do FAT são totalmente contra essa concepção**”.

Aloisio Mercadante,
presidente do
BNDES.

- Discurso análogo foi adotado pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que acredita que a capitalização do BNDES é mais relevante do que suprir o déficit atual e futuro da previdência social do Brasil.



Na hora que ele [o fundo] financia a Previdência, perde a capacidade de financiar projetos que provoquem aumento da receita da Previdência. Porque a receita da Previdência provém da quantidade de trabalhadores que estão trabalhando. Então, primeiro, é uma burrice”.

Luiz Marinho, Ministro
do Trabalho



- No texto da justificativa do projeto supramencionado, o governo tenta demonstrar os possíveis benefícios da mudança, defendida por representantes do PT e centrais sindicais.
- Relembramos que a Reforma da Previdência de 2019 redirecionou parte dos recursos do PIS/PASEP vinculados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento da Previdência, resultando na redução dos recursos destinados ao BNDES de 40% para 28%.
- Na prática, a medida induziu o BNDES a banco a reduzir a oferta de subsídios e otimizar sua carteira de empréstimos, o que entendemos como uma consequência benéfica.
- A reversão da medida proposta pela Reforma da Previdência de 2019 teria efeitos adversos nas contas públicas, o que vem sendo tentado deliberadamente pelo governo Lula durante a tramitação da Reforma Tributária.
- Em especial, refletiria na retirada de recursos da previdência social, que por sua vez seriam alocados em projetos promovidos pelo BNDES, tais como [Porto Mariel, em Cuba](#), e [as três linhas de metrô de Caracas, na Venezuela](#).

2 EDUCAÇÃO

Velha receita: sem garantir qualidade do ensino, Lula propõe novo benefício em ano eleitoral

Petista despreza seu próprio Arcabouço Fiscal e pede autorização do Congresso para rombo de R\$ 20 bilhões nas contas públicas

Um dia após a publicação da Medida Provisória nº 1.198, de 27 de novembro de 2023, instituindo poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio, foi a votação no plenário do Senado o PLP nº 243/2023, que dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio.



Originalmente, o PLP propunha que as despesas não seriam contabilizadas nos limites da Lei Complementar nº 200, de 2023, que instituiu o regime fiscal, autorizando como fonte a utilização do superávit financeiro do Fundo Social vinculado a comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

Posto em votação, o PLP recebeu críticas **por estabelecer mais um gasto fora dos limites do arcabouço fiscal**, e abriu espaço para discussão e necessários acordos em razão da MP editada pelo governo que propõe fontes de financiamento inapropriadas para a constituição da “poupança permanência”, em forma de ações estatais ou aportes diretos, além de deixar em aberto para o executivo definir o programa da forma como bem lhe convier. A MP sequer tangencia a formatação do programa.

O texto se restringe a definir os alunos elegíveis ao recebimento da poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar e estabelecer condicionantes para a participação do aluno no programa.

O perfil são jovens de baixa renda regularmente matriculados no ensino médio nas redes públicas de ensino e pertencentes a famílias inscritas no CadÚnico, com prioridade àquelas que tenham renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais). Para tanto, na forma estabelecida em regulamento, o aluno deve ter:

- 1 frequência escolar;
- 2 aprovação ao fim do ano letivo;
- 3 matrícula na série subsequente, quando for o caso;
- 4 participação nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e nos exames aplicados pelos sistemas de avaliação externa dos entes federativos para a etapa do ensino médio; e
- 5 participação no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, para aqueles matriculados na última série do ensino médio.

Como fonte de financiamento, no limite global de até R\$20 bi, a MP prevê fundo administrado pela Caixa a ser abastecido por leilões futuros de petróleo e gás; ações de sociedade em que tenha participação minoritária; ações de sociedades de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário, e aporte previsto na Lei Orçamentária Anual.

Com isso, a MP 1198/23 aumenta em cinco vezes o custo inicial do programa e estabelece fontes de financiamento pretéritas, deixando tudo para regulamento futuro, conforme destacado pelo **Senador Rogério Marinho (PL/RN)**, Líder da Oposição.



Com a participação do **Senador Ciro Nogueira (PP/PI)**, foi possível acordar o valor limite para o orçamento de 2024, aprovado em R\$ 4 bi, via emenda de plenário.



Abertas as discussões puxada pelos líderes do PL e da Oposição, **Senadores Carlos Portinho (PL/RJ) e Rogério Marinho (PL/RN)**, ficou acordado com

a base governista que o financiamento do fundo será via crédito especial por PLN e que o governo encaminhará pela revogação do art. 11 que dispõe sobre a utilização de recursos de leilões do pré-sal em contratos futuros. Outro ponto acordado foi a redução de três para dois anos o período de avaliação dos resultados da poupança incentivo, após sua implementação.



Assim como o **Senador Rogério Marinho**, o **Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)** chamou a atenção para o fato de se esperar que a medida resolva a questão da evasão, mas que não resolve o cerne do problema da educação brasileira, que é sua qualidade.

Já o **Senador Magno Malta (PL/ES)** ressaltou a importância de o governo dar encaminhamento aos acordos firmados em plenário.



Mesmo diante dos avanços conseguidos pela oposição no plenário do Senado, a medida provisória ainda merece reparos em sua tramitação na comissão mista. Seja para melhor detalhar a estrutura do programa, seja para reverter a injusta obrigatoriedade de participação no Enem. Mais uma vez, o governo demonstra uma postura de descrédito ao ensino médio profissionalizante. Isso porque os jovens estariam obrigados a participar do Enem, sem que o ingresso no ensino superior seja uma meta em suas vidas.





ECONOMIA

Petrobras volta atrás na privatização da Lubnor. E prejudica a própria Petrobras.

Venda de refinaria foi fechada em maio de 2022; reversão causa insegurança jurídica no país, afasta investimentos e deve gerar ações na Justiça

- Em 2019, a Petrobras formalizou um Acordo de Compromisso de Cessação (TCC) com o Cade, visando concentrar-se em ativos mais lucrativos e promover concorrência no setor de refino no Brasil.
- Segundo o TCC, a Petrobras comprometeu-se a alienar oito das 13 unidades de refino. Em 2022, a Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUB-NOR) foi vendida por US\$34 milhões.



- A rescisão do acordo de venda pela Petrobras surpreendeu o consórcio liderado pela Grepar, que anunciou a intenção de adotar medidas jurídicas contra a estatal.
- A reversão das vendas de refinarias pode também resultar em desafios legais com o Cade e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Análise

- A alienação da Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) está inserida no processo de alienação das refinarias da Petrobras, que teve início em 2019, como parte do plano de desinvestimentos implementado nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.
- À época, a direção da estatal justificou a alienação das refinarias com o propósito de priorizar ativos mais rentáveis, além de responder a um processo instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que questionava a participação excessiva da Petrobras no setor de refino.
- Nesse contexto, em 2019, a petroleira estatal formalizou um [Acordo de Compromisso de Cessação \(TCC\)](#) junto ao Cade, com o propósito de fomentar a concorrência no setor de refino.
- Segundo as disposições do acordo, estipulava-se a alienação de oito das 13 unidades de refino da companhia até 2021, representando aproximadamente 50% de sua capacidade de refino da estatal.

“Cláusula Primeira - Do objeto e da Abrangência

1.1 O presente Termo de Compromisso tem por objeto *propiciar condições concorrenciais, incentivando a entrada de novos agentes econômicos no mercado de refino*, bem como suspender e, caso cumpridas integralmente as obrigações nele previstas, arquivar em relação à PETROBRAS o Inquérito Administrativo”.

[Acordo de Compromisso de Cessação \(TCC\)](#)



- No ano de 2022, foi concretizado um acordo de venda da Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) no valor de US\$34 milhões, correspondendo, nos termos atuais, a aproximadamente R\$170 milhões. A adquirente foi a Grepar Participações Ltda., uma entidade sob controle acionário da Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda. e da Holding GV Participações S.A.
- Todavia, em [comunicado enviado ao mercado essa semana](#), a Petrobras informou sua decisão de rescindir o contrato de venda da refinaria LUBNOR devido à falta de cumprimento das Condições Precedentes, no prazo estabelecido.
- A rescisão também estaria de acordo com o [plano estratégico da estatal petrolífera para 2024-2028](#) divulgado recentemente. Dentre outros pontos, a empresa visa aumentar a capacidade de processamento em suas refinarias e a produção de diesel S-10 até 2029.
- Por sua vez, o [consórcio liderado pela Grepar publicou comunicado](#) expressando surpresa diante da decisão da Petrobras e alegou que as pendências existentes seriam de responsabilidade da estatal.
- A Grepar manifestou ainda a intenção de tomar medidas legais para salvar seus direitos e pleitear indenização devido à Petrobras ter rompido um contrato previamente estabelecido, destacando que a transação havia sido aprovada pelo Cade em 22 de junho de 2023.

- Sobre a LUBNOR, trata-se de uma refinaria de pequena escala, com capacidade para processar 8 mil barris por dia, com foco na produção de asfalto e lubrificantes naftênicos, de baixo valor agregado.
- Nesse sentido, do ponto de vista econômico, seria a venda de uma refinaria de menor relevância, mas que permitiria à empresa estatal focar em seus diferenciais competitivos, reduzir custo de capital e mitigar o risco político de interferência na empresa.
- Recentemente, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou que a reversão de vendas não se limitará a essa situação, [revelando negociações em andamento com a Mubadala para a possível recompra da Refinaria de Mataripe \(antiga RLAM\)](#), alienada durante o governo de Jair Bolsonaro, e atualmente operada pela Acelen, subsidiária da Mubadala, desde dezembro de 2021, pelo montante de US\$ 1,8 bilhão.
- A estratégia de reverter as vendas já realizadas pode ainda trazer novos imbrólios da companhia junto ao Cade, considerando a existência do TCC; ao TCU, considerando os valores a serem pagos em eventuais recompras das refinarias já alienadas; e na justiça em razão de multas e disputas judiciais, como a que será movida pelo consórcio capitaneado pela Grepar.



É uma possibilidade. Mas é mais um dos assuntos que não podemos sair comentando, por causa das negociações. Conversamos com a Mubadala várias coisas, isso também está nesse processo, mas não é o principal”

[Jean Paul Prates, presidente da Petrobras](#)

4 COMUNICAÇÕES

No atacado: ministro de Lula libera 33 concessões de TV para aliado político

Processos tramitaram em tempo recorde no Ministério das Comunicações; caso se soma à série de escândalos envolvendo a atuação de Juscelino Filho no governo



- O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, concedeu de forma rápida e questionável **33 retransmissoras de televisão a um empresário** vinculado à sua base política no Maranhão.
- Willer Tomaz de Souza, principal beneficiado, possui conexões com o senador Weverton Rocha, aliado do ministro Juscelino Filho, enquanto o responsável pela aprovação, Antonio Malva Neto, ex-sócio de Willer Tomaz, também mantém vínculos com o senador, **agravando as suspeitas de favorecimento**.



- A aprovação de retransmissoras beneficia indiretamente o ministro ao ampliar sua influência midiática no Maranhão, com 29 das 33 aprovações direcionadas a cidades na Amazônia Legal, proporcionando ganhos comerciais pela veiculação de conteúdos locais e publicitários, de acordo com a Lei nº 13.649/2018.
- Essa denúncia se soma a uma série de escândalos envolvendo o ministro, apesar de não ter gerado questionamentos significativos por parte do governo e do Partido dos Trabalhadores.

Relações com primeiro escalão sugerem benefício ao empresário

- O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, concedeu de maneira rápida e questionável 33 retransmissoras de televisão a empresário vinculado à sua base política no Maranhão, conforme pode ser verificado no Anexo I.
- De acordo com [levantamento realizado pelo veículo “Estadão”](#), nenhum outro grupo recebeu aprovação tão prontamente, considerando que os processos tramitaram em tempo médio de cinco a oito meses, enquanto existem pedidos protocolados aguardando deliberação desde 2019.
- O principal beneficiado, Willer Tomaz de Souza, possui [ligação pessoal com o senador Weverton Rocha \(PDT-MA\)](#), por sua vez, aliado político do ministro Juscelino Filho.



- O responsável pelo Departamento de Radiodifusão Privada, setor responsável pela aprovação desses pedidos no Ministério das Comunicações, é o advogado [Antonio Malva Neto](#), [ex-sócio de Willer Tomaz](#).
- Cabe salientar que Malva Neto também tem ligação com o senador Weverton Rocha, de quem assessor parlamentar quando este ocupou a [Quarta-Secretaria da Senado](#).
- Dentre os benefícios obtidos indiretamente pelo ministro está a ampliação de sua influência midiática no Maranhão, sua base eleitoral. Ademais, essas autorizações são não onerosas para o autorizado e permitem o repasse entre

particulares após três anos da outorga de autorização, possibilitando ganhos comerciais significativos.

- Por fim, convém destacar que das 33 solicitações de retransmissão aprovadas pelo ministro, 29 estão destinadas a cidades situadas na Amazônia Legal, o que permite ao autorizado obter ganhos por meio da programação local.
- De acordo com o Decreto de nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, no caso de regiões consideradas como fronteira de desenvolvimento do País, os serviços de retransmissão de TV poderão realizar inserções locais de programação e publicidade.

“Art. 33. A entidade autorizada a executar o Serviço de RTV em Municípios situados em *regiões de fronteira de desenvolvimento do País*, assim definidas em ato do Ministro de Estado das Comunicações, poderá realizar *inserções locais de programação e publicidade*, observadas as seguintes condições:

IV - as inserções de publicidade terão *duração máxima igual e coincidente com os espaços de tempo destinados à publicidade transmitida pela estação geradora cedente dos sinais*; e

V - as inserções de publicidade somente poderão ser realizadas pelas entidades autorizadas a executar o Serviço de RTV de sinais provenientes de estações geradoras de televisão comercial”.

- A denúncia sobre o suposto favorecimento de retransmissoras se soma a série de escândalos aos quais o ministro de Lula esteve envolvido nos últimos meses, tais como: [a investigação da Polícia Federal sobre a utilização de emenda para pagar empresa da qual era sócio oculto](#), [recebimento de diárias e uso de avião da FAB em fim de semana no qual participou de leilão de cavalos em São Paulo](#), [a nomeação de ex-sócio no Senado em troca de indicação para departamento nos Correios](#), e [excessivas esticadinhas de fim de semana em seu estado de origem](#).
- Mesmo diante de todas as denúncias e escândalos, o ministro de Lula permanece no cargo sem maiores questionamentos por parte do Planalto e do Partido dos Trabalhadores.

Anexo I**Autorizações de retransmissão outorgadas à empresa Rádio e TV Difusora do Maranhão LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-33**

Nr.	Portaria	Publicação	Município
1	PORTARIA Nº 10.142, DE 31 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	Afonso Cunha
2	PORTARIA Nº 10.131, DE 28 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	Alto Alegre do Maranhão
3	PORTARIA Nº 10.137, DE 28 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	São José do Soter
4	PORTARIA Nº 10.133, DE 28 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	Graça Aranha
5	PORTARIA Nº 10.143, DE 31 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	Centro do Guilherme
6	PORTARIA Nº 10.135, DE 28 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	São João do Paraíso
7	PORTARIA Nº 10.145, DE 31 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	São João dos Patos
8	PORTARIA Nº 10.144, DE 31 DE JULHO DE 2023	28/08/2023	Jatobá
9	PORTARIA Nº 10.402, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	26/09/2023	Formosa da Serra Negra
10	PORTARIA Nº 10.400, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	26/09/2023	Fortaleza dos Nogueiras
11	PORTARIA Nº 10.397, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	26/09/2023	Governador Eugênio Barros
12	PORTARIA Nº 10.396, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	26/09/2023	Governador Newton Bello
13	PORTARIA Nº 10.561, DE 25 DE SETEMBRO DE 2023	16/10/2023	Central do Maranhão
14	PORTARIA Nº 10.556, DE 25 DE SETEMBRO DE 2023	16/10/2023	Lago do Junco
15	PORTARIA Nº 10.543, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023	16/10/2023	Lagoa do Mato
16	PORTARIA Nº 10.542, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023	16/10/2023	Jenipapo dos Vieiras

17	PORTARIA Nº 10.544, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023	16/10/2023	Lago dos Rodrigues
18	PORTARIA Nº 10.557, DE 25 DE SETEMBRO DE 2023	16/10/2023	Lagoa Grande do Maranhão
19	PORTARIA Nº 10.465, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023	03/11/2023	Capinzal do Norte
20	PORTARIA Nº 10.466, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023	03/11/2023	Fortuna
21	PORTARIA Nº 10.472, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023	03/11/2023	Carutapera
22	PORTARIA Nº 10.474, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023	03/11/2023	Governador Luiz Rocha
23	PORTARIA Nº 10.471, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023	03/11/2023	Cândido Mendes
24	PORTARIA Nº 10.627, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Igarapé Grande
25	PORTARIA Nº 10.627, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	São Mateus do Maranhão
26	PORTARIA MCOM Nº 10.406, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Duque Bacelar
27	PORTARIA MCOM Nº 10.463, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Itaipava do Grajaú
28	PORTARIA MCOM Nº 10.407, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Dom Pedro
29	PORTARIA MCOM Nº 10.464, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Joselândia
30	PORTARIA MCOM Nº 10.405, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Feira Nova do Maranhão
31	PORTARIA MCOM Nº 10.403, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Centro Novo do Maranhão
32	PORTARIA MCOM Nº 10.408, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Conceição do Lago-Açu
33	PORTARIA MCOM Nº 10.404, DE 8 DE SETEMBRO DE 2023	17/11/2023	Fernando Falcão

5

AGRO E MEIO AMBIENTE

Na COP-28, Lula tenta criminalizar agronegócio e se apresenta como guardião da verdade

Durante sua participação na Cúpula do Clima (COP-28) em Dubai, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva provocou o Congresso Nacional com suas declarações que fragilizam direitos constitucionais e desrespeitam o Poder Legislativo. Em encontro com representantes de 135 entidades da sociedade civil, Lula solicitou a mobilização contra o que ele descreveu como uma influência negativa no Legislativo e no Executivo, comparando a situação a uma “raposa no galinheiro”.

“A gente tem que se preparar para entender que ou nós construímos uma força democrática capaz de ganhar o poder Legislativo, o poder Executivo, e fazer a transformação que vocês querem, ou nós vamos ver acontecer o que aconteceu com o Marco Temporal. Querer que uma raposa tome conta do nosso galinheiro é acreditar demais. E nós temos que ter consciência do papel da política que a gente tem que fazer”, afirmou Lula.



Carta Capital

Tais comentários geraram forte reação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que emitiu [Nota Oficial](#) alertando para a gravidade do discurso presidencial na COP 28. A nota criticou veementemente a analogia feita por Lula, acusando-o de criminalizar a representatividade dos deputados federais e senadores. Tais declarações sugerem a fragilização dos direitos constitucionais, especialmente em relação ao tema do Marco Temporal, que envolve a demarcação de terras indígenas e o direito de propriedade.

Além disso, é visto com preocupação a postura de Lula, pois se direciona à busca pela perpetuação no poder, por meio do enfraquecimento da democracia brasileira. A FPA ressaltou ainda que a democracia proposta pelo Presidente não contempla a pluralidade de opiniões e a liberdade de expressão.

Marco temporal

O presidente Lula admitiu o risco de ver seu veto ao marco temporal derrubado no Congresso, referindo-se ao desafio de avançar pautas da esquerda. No entanto, as declarações proferidas durante o evento internacional geraram discordância e questionamentos por parte de setores que veem sua postura como um obstáculo ao diálogo construtivo e à manutenção dos princípios constitucionais.

Diante desses embates, a polarização política e a tensão entre o Executivo e o Legislativo parecem se intensificar, colocando em evidência um cenário de confronto de ideias e interesses entre o governo e parcela significativa da sociedade e do Congresso Nacional.

Discurso de abertura da COP-28

Em seu discurso de abertura, Lula prometeu “desmatamento zero até 2030”. Neste caso, deve-se observar se não passará de discurso, tendo em vista que as metas – no formato de NDC – foram depositadas pelo país em 2015, durante o Acordo de Paris. Vale destacar que as NDCs tratam de pretensões assumidas pelos países e recorrentemente são revistas, reformuladas e atualizadas.

Logo, se a meta de desmatamento zero for alterada de fato, é preciso sinalizar se irá separar o desmatamento legal do ilegal. Se incluir o desmatamento legal na meta, estará ferindo a Constituição Federal e o Código Florestal brasileiro. Enquanto a primeira rege sobre o direito de propriedade, a segunda determina como será a ocupação deste território. O produtor rural tem o direito legal e constitucional de utilizar sua propriedade.



6**POLÍTICA INTERNACIONAL****Lula envergonha o Brasil ao transformar ‘guerra ao terror’ em palanque político**

O filho de um dos fundadores do Hamas esteve em São Paulo, dia 25, no Clube Hebraica, participando de um evento promovido pela StandWithUs Brasil com o objetivo de esclarecer questões envolvendo Israel e o grupo terrorista Hamas.

Mosab Hassan Yousef, filho mais velho de Hassan Yousef, um dos fundadores do Hamas, era braço direito do pai. O Príncipe verde, como era chamado, faz alusão à cor do Hamas e a importância do seu pai na organização. Mosab foi testemunha da criação do grupo terrorista na própria casa em Ramallah, na Cisjordânia e relata que foi espancado por diversos líderes do Hamas durante a sua infância. *“Uma vez, fui amarrado a um poste e chicoteado com o fio de um eletrodoméstico. (...) Eu tinha uns 8, 10 anos nessa época.”* Aos 18 anos, ele foi detido pelas Forças de Defesa de Israel e passou 16 meses numa penitenciária israelense. Na prisão, ele diz que viu integrantes do Hamas torturarem e matarem palestinos. Essa percepção o levou a se tornar espião do Shin Bet, o serviço de segurança interna de Israel, para prender terroristas do Hamas envolvidos em atentados com explosivos.



Em 13 de novembro, Lula usou a chegada de brasileiros e parentes repatriados como palanque para fazer acusações a Israel. O petista declarou que as ações de Israel na Faixa de Gaza são tão graves quanto o terrorismo do Hamas.

Mosab discorda da declaração de Lula e afirma que, como líder de uma nação, deve estar mais atento ao assunto, uma vez que conta com um aparato do Estado para compreender a questão.



Como você pode fazer essa comparação? Você é o presidente de uma nação de 200 milhões de pessoas, você tem responsabilidades e não pode agir emocionalmente como uma ovelha na rua. Você está em posição de liderança”, pontuou Mosab Hassan Yousef, filho mais velho de Hassan Yousef, um dos fundadores do Hamas.

De acordo com Mossab, não é possível compa-

rar um estado democrático de direito no Oriente Médio com árabes, muçulmanos, cristãos, judeus e outras etnias vivendo sob uma mesma constituição civil a um grupo selvagem bárbaro que não acredita em ordem e que tem como objetivo principal a extinção do Estado de Israel. *“O Hamas usa pessoas inocentes como escudo, crianças, mulheres (...). E por que o Hamas ama essa equação? Porque o mundo condena Israel e o Hamas ganha legitimidade. (...) E o Hamas mente para o mundo quando ele se apresenta como resistência. (...) Isso é uma fantasia.*

Hamas não é uma organização política, se fosse, eles não teriam problema em reconhecer o direito do Estado de Israel de existir.”

“Acho que o presidente do Brasil está enganado. Eu não tenho um problema com as manifestações das ruas, que não sabem das coisas, da realidade, do chão, mas quando você é um presidente, você tem responsabilidades. Você tem um serviço de inteligência, você tem um governo com todas as suas instituições, você tem conselheiros, você deve estar bem informado sobre o problema antes de fazer uma declaração como funcionário representando uma nação de 200 milhões de pessoas. É uma grande responsabilidade.”

A fim de jogar panos quentes na situação, os interlocutores do presidente ressaltaram que ele não comparou Hamas a Israel e que suas visões estão sendo distorcidas politicamente. O Planalto não comentou as declarações do filho do fundador do Hamas.



**Eu nunca vi uma violência tão brutal, tão desumana contra inocentes. Se o Hamas cometeu um ato de terrorismo, o Estado de Israel também está cometendo um ato de terrorismo”,
Presidente Lula.**

Em declaração inadmissível, embaixador do Brasil em Israel critica Hamas por liberação de reféns



O Antagonista

O embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, concedeu entrevista no dia 28 de novembro questionando a estratégia do Hamas em relação aos reféns israelenses e insinuando que a libertação dos prisioneiros poderia intensificar ações militares israelenses em Gaza.

“Eu ainda não entendi a posição do Hamas, porque esses reféns que estão lá, eles são a moeda de troca, entende? Então eu não consigo entender qual é o interesse do Hamas em entregar esses sequestrados, porque depois que os sequestrados todos forem entregues, qual é a moeda de troca do Hamas? De novo, falando meramente pessoal, isso vai liberar Israel a ter uma ação mais forte em Gaza. Porque uma das coisas que está contendo as ações de Israel é o medo de você atingir os reféns. Uma vez que você não tenha mais reféns, eu me pergunto, Israel estaria liberado a atacar o quanto quisesse? Não sei.” [Entrevista Embaixador do Brasil em Israel](#)

O governo israelense repreendeu o Itamaraty, órgão responsável pela política externa do Brasil. Os políticos locais classificaram as palavras do embaixador como prejudiciais às relações bilaterais entre Brasil e Israel. O incidente evidencia as discrepâncias já existentes em questões relacionadas ao conflito israelense-palestino.

O Ministério de Relações Exteriores de Israel solicitou que o embaixador enviasse um aviso de correção ou esclarecimento, demonstrando insatisfação com a postura do diplomata brasileiro. Em resposta, o embaixador tentou justificar suas palavras, alegando que foram tiradas de contexto.

7 TRABALHO

Decreto de Lula burocratiza cumprimento de lei e pode tornar inviável a valorização salarial das mulheres

Pacote de exigências do governo vai muito além da equiparação de vencimentos, ponto central da nova legislação

O Decreto nº 11.795/23, que regulamenta a Lei nº 14.611, que dispõe sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres, foi publicado no Diário Oficial da União no último dia 23 de novembro.

A legislação especifica os critérios para cumprimento da norma, com previsão de que as empresas divulguem relatórios entre os meses de março e setembro, com detalhes e informações sobre o cargo ou a ocupação contida na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, com as respectivas atribuições, e o valor do salário contratual; do décimo terceiro salário; das gratificações; das comissões; das horas extras; dos adicionais noturno, de insalubridade, de penosidade, de periculosidade, dentre outros; do terço de férias; do aviso prévio trabalhado; do descanso semanal remunerado; das gorjetas; e quaisquer valores relativos às demais parcelas que, por força de lei ou norma coletiva de trabalho, compõem a remuneração do trabalhador.



O relatório de transparência salarial e de critérios remuneratórios deverá ser divulgado na internet, nas páginas e redes sociais das empresas que contarem com 100 (cem) ou mais funcionários, com o objetivo de publicidade aos empregados, colaboradores e público em geral, além de envio ao sistema do MTE para fiscalização.

Em caso de inércia na publicação semestral dos relatórios, a empresa receberá multa administrativa cujo valor corresponderá a até 3% (três por cento) da folha de salários do empregador, limitado a 100 (cem) salários mínimos.

As empresas, grandes empregadoras, terão que lidar com a tamanha burocracia para cumprimento do novo Decreto de nº 11.795/23, o que impacta negativamente a produtividade do país, aumentando a barreira de entrada de novas empresas no mercado, e para as que já se encontram operantes traz prejuízos financeiros demasiados, como desperdício de tempo e perda de eficiência dos funcionários.

8 POLÍTICA

Após volta do PT ao poder, ex-braço direito de Dilma ganha cargo em empresa do BB e consegue desconto de 93% em dívida com o banco

Conhecido como “bebê da Dilma”, Anderson Dorneles chegou a ser citado em planilhas da Odebrecht; há três meses, foi nomeado diretor de uma empresa que tem o Banco do Brasil como sócio e conseguiu um estranho acordo para quitar débito que mantinha desde 2018

O Governo Lula 3 segue ressuscitando nomes que ganharam notoriedade ao longo dos governos anteriores comandados pelo PT. Um desses nomes chamou a atenção da Oposição no Congresso nos últimos dias, especialmente pela proximidade deste com o poder. Anderson Dorneles, chamado pela ex-presidente Dilma Rousseff de “bebê”, ficou conhecido em Brasília por ser o “carregador de mala” da ex-presidente durante seus quase seis anos à frente do executivo. Dorneles foi contratado em agosto deste ano para ser Diretor de Relações Governamentais da *Cateno*, empresa do mercado financeiro que funciona como um “laboratório de meios de pagamento que cria soluções inovadoras e disruptivas para simplificar o ambiente de negócios na indústria de meios de pagamento”, segundo seu site oficial.



Istoé

O Banco do Brasil é sócio da *Cateno*. Possui 30% das ações da empresa. Os outros 70% pertencem à Cielo, outra empresa brasileira de serviços financeiros. O fato que causou espécie aos parlamentares da Oposição na última semana foi saber que Dorneles, que tinha uma dívida de R\$228,7 mil com o Banco do Brasil, conseguiu reduzir em 93% o montante devido à instituição financeira estatal. A União possui 68,7% das ações do Banco do Brasil.

A instituição tentou encontrar Dorneles, “o bebê” da ex-presidente afastada pelo Congresso Nacional, entre 2018 e 2022, para notificá-lo sobre a dívida com a estatal, mas não conseguiu achá-lo. Foi preciso citá-lo por edital, em novembro de 2022. Dorneles estava inadimplente desde novembro de 2018, decorrente de um empréstimo feito junto ao Banco no valor de R\$149.148,44 em 2016, enquanto ele ainda era assessor da ex-presidente. Um mês após ser contratado pela *Cateno*, “o bebê” de Dilma Rousseff se apresentou à Justiça. Na ocasião, a *Ativos S.A*, seguradora que substituiu o Banco do Brasil no processo em 2022, informou à Justiça que havia entrado em acordo com Dorneles. E o acordo foi homologado e definitivamente arquivado pela 23ª Vara Cível de Brasília no mês de outubro deste ano.

Dorneles ficou conhecido também por ter sido citado na delação premiada da Odebrecht.

Segundo Cláudio Melo Filho, delator e ex-lobista da empreiteira, Marcelo Odebrecht determinou o pagamento de uma “mesada” de R\$50 mil a “Las Vegas”, alcunha de Dorneles na planilha de propinas da Odebrecht. Tal quantia seria para “facilitar o fluxo de informações” de interesse da empreiteira à então Presidente da República à época. Mesmo carregando esse “fardo” em seu currículo, Dorneles voltou a aparecer nos jornais em 2022, após o Ministério Público do Rio Grande do Sul denunciá-lo por ser operador de um suposto esquema de desvios na prefeitura de Canoas (RS). O “bebê da Dilma” foi acusado dos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, peculato e falsidade ideológica. Dorneles também responde a três ações penais no Tribunal Federal da 4ª Região. Ainda assim, “o bebê” se candidatou ao cargo de Deputado Federal pelo Avante em 2022, obtendo quase 15 mil votos dos gaúchos. Para sorte dos mesmos, não foi eleito.

A manobra feita por Dorneles, em acordo judicial com a *Ativos S.A*, não chega a ser uma “pedalada fiscal”, realizada outrora por sua mentora política e financeira com quem trabalhou por duas décadas. Todavia, sinaliza que algo de estranho possa ter acontecido nesse acordo.

Será que é possível para os demais correntistas do Banco do Brasil que, de alguma forma estão inadimplentes com o Banco, tentarem alguma negociação semelhante à de Dorneles, “o bebê” da ex-presidente Dilma? Essa questão provavelmente deverá ser respondida por Dorneles e também pela presidente do

Banco do Brasil, Tarciana Medeiros. Ambos serão convidados pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a pedido de alguns deputados da Oposição na Casa, haja vista os supostos “indícios de favorecimento” a Anderson Dorneles, o “bebê” de Dilma Rousseff.